



EXCELENTÍSSIMA SENHORA SAMARA ROCHA DO NASCIMENTO – PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA – SUPEL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2020/CEL/SUPEL/RO

Processo eletrônico nº 0010.410906/2019-38

PEN6 LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 04.746.016/0001-07, sediada na Rua Brasília, nº 2930, bairro São Cristóvão, em Porto Velho/RO, CEP 76804-070, vem à presença de Vossa Excelência, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO**, conforme abaixo transcritos os fatos e fundamentos.

1. DA TEMPESTIVIDADE

A Comissão Especial de Licitação da Superintendência Estadual de Compras e Licitações do Estado de Rondônia (CEL/SUPEL comunicou em 14/03/2022 a abertura de prazo para apresentação de Recurso Administrativo no processo nº0010.410906/2019-38 (Concorrência Pública nº 002/2020/CEL/SUPEL/RO).

Assim, as presentes razões recursais apresentadas em 18/03/2022 são tempestivas.

2. BREVE RELATO DOS FATOS

A Recorrente participou do Concorrência Pública nº 002/2020/CEL/SUPEL/RO que tem por objeto é contratação de empresa especializada em prestação de serviços técnicos de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa, e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de



divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito da informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral, para atender o Departamento de Trânsito de Rondônia – DETRAN-RO

Ocorre que a empresa MF PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA, ora Recorrida, deve ter sua proposta recusada pelo descumprimento das cláusulas editalícias, visto que a sua proposta de preço não atendeu as especificações do Edital, devendo haver sua desclassificação sumária.

No item 18.4.2 do Edital dispõe sobre a especificação técnica acerca da proposta de preço "A Proposta de Preços que obtiver o maior desconto será considerada como a de menor preço."

O Pregoeiro ao verificar as propostas apresentadas, deveria ter desclassificado desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, após a verificação de que a pontuação atingida pela Recorrida não foi suficiente para continuar concorrendo na licitação.

Ressalta-se que a Recorrida ofertou a proposta de preço sem cumprir com as exigências contidas no instrumento convocatória, não atingindo a intenção de menor preço na sua proposta. Não há dúvidas quanto à irregularidade da sua participação no certame, a empresa MF PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA deve ser desclassificada.

Sendo assim, primando pelos princípios da vinculação ao edital, isonomia e, sobretudo, da legalidade, requer a inabilitação da Recorrente, pelo desatendimento às especificações exigidas no edital.

3. DO MÉRITO DA RAZÕES

Quanto ao tema do recurso, o mestre Hely Lopes Meirelles dispõe que a proposta que se desviar do pedido ou for omissa em pontos essenciais é inaceitável, sujeitando-se à desclassificação (in Licitação e contrato administrativo, 14º ed.2007, p. 157)

Neste sentido, o licitante está infringindo o princípio da vinculação ao instrumento convocatório atingindo o artigo 3º e 41º da Lei 8666/93, que rezam:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Novamente, Hely Lopes Meirelles:

A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às



propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora. (in Licitação e contrato administrativo, 14º ed. 2007, p. 39)

Este princípio tem por objetivo que a Administração bem como os licitantes não se afastem dos ditames fixados no ato convocatório. Logo, sobre este olhar, poderíamos dizer que a proposta necessariamente deverá ser considerada desclassificada.

No presente caso a Recorrida MF não aceitou praticar preços que pudessem concorrer com a proposta da Recorrente, logo, não deveria ter seguido para apresentação de documentos na fase de habilitação, considerando a clara desclassificação da mesma quando da proposta de preço.

Em comparação com as propostas apresentadas, a diferença entre a pontuação da classificação das licitantes é gritante, sendo que foram classificadas dessa forma:

PEN6 – Proposta Técnica: 92,20 pontos; Proposta de Preços: 129 pontos

MF PROPAGANDA – Proposta Técnica: 87,80 pontos; Proposta de Preços: 108 pontos.

O item 19.1 do Edital é claro ao determinar que somente a licitante com a melhor proposta pode ser contratada:

19.1. Da justificativa da escolha do tipo de licitação

19.1.1. A escolha do tipo de licitação "melhor técnica" está alicerçada na necessidade de se levar em consideração, de forma soberana no processo de identificação da proposta mais vantajosa para a administração, o nível de qualificação técnica da Agência a ser contratada visando garantir a adequada execução contratual. Aliado a isso, verifica-se que não há qualquer prejuízo na adoção de tal tipo de licitação para a Administração, vez que também é levado em consideração o menor preço ofertado, conforme dispõe o art. 46, §1º, incisos I a III da Lei 8.666/1993.

A licitação é o procedimento administrativo no qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de interesse público, desenvolvendo-se através de sucessões ordenadas de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, propiciando igualdade de tratamento e oportunidade a todos os interessados como fator de eficiência e moralidade dos negócios administrativos.

Para tanto, necessária formalização dos diversos procedimentos instituidores do processo de licitação à busca da contratação mais vantajosa aos cofres públicos, espelhados sempre no menor preço ofertado em relação direta ao objeto comum a ser licitado e, posteriormente, contratado pela Administração Pública, sempre na mais pura e irrestrita vinculação desde procedimento às normas contidas no Edital.

Na mesma linha, o art. 43, V, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos exige que o julgamento e classificação das propostas sejam de acordo com os critérios de avaliação constantes no edital.



Segundo o ensinamento de Meirelles:

Vinculação ao edital: a vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e proposta em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41)." (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 256-257) "

O princípio da vinculação ao ato convocatório dirige-se tanto à Administração, como aos licitantes, posto que estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório.

Nessa mesma toada, ainda segundo a administrativista Maria Sylvia Zanella Di Pietro "se os licitantes classificados deixarem de apresentar a documentação exigida ou apresentá-las em desacordo com exigido no edital, estas imperiosamente deverão ser inabilitadas e desclassificadas, nos termos do art. 43, inc. II c/c art. 48, inc. I, todos da Lei Federal nº. 8.666/93".

Nesse sentido, assim prevê o caput do art. 3º, da Lei Federal nº. 8.666/93: "

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos".

A previsão legal acima é crucial para a interpretação e aplicação dos preceitos regentes da licitação. As soluções para os casos enfrentados pela Administração Pública devem ser compatíveis com os princípios jurídicos ali expressos, sendo imperiosa a invalidação das decisões que lhes contrariarem. Caso não haja a observância aos ditames desses relevantes preceitos, a validade do processo fica comprometida, tornando imperiosa sua desconstituição.

Nesse diapasão, José Afonso da Silva assevera que "se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas no edital, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos e condições do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outros que o desrespeitou".

Ora, o texto legal não comporta interpretação extensiva. O cumprimento das cláusulas do edital obriga a Administração a desclassificar a empresa recorrida.

Desta forma, a inabilitação da Recorrida MF PROPAGANDAS é à medida que se impõe.


4. DO PEDIDO

Receber o recurso administrativo e, ao final, seja dado provimento, pois a Recorrida MF PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA deve ser desclassificada pelo não cumprimento de cláusulas editalícias e da legislação pertinente. Nestes termos pede deferimento

Rua Brasília, 2930 | Porto Velho RO | CEP: 76.804-070 | www.aquivaleapena.com



Porto Velho, 18 de fevereiro de 2022.


PEN6 LTDA
Euripedes Claiton R Campos